



DISCUSSÕES SOBRE VIOLÊNCIA:

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA JONAS
ROSÁRIO COELHO NEVES EM BLUMENAU/SC.

Rafaela Westphal

Maria Salete da Silva

RESUMO

Este artigo trata de uma experiência desenvolvida com estudantes de uma escola pública de Blumenau/SC. Através de ações socioeducativas em forma de oficinas sobre violência constatou-se que estes a percebem em suas relações cotidianas, predominando as práticas de agressões verbais e chantagens dirigidas às estudantes do sexo feminino, como forma de controlar seu comportamento.

Palavras-chave: estudantes, violência de gênero, relações sociais.

ABSTRACT

This article discusses an experiment conducted with students from a public school in Blumenau / SC. Through social and educational workshops on violence, it was found that they perceive the violence in their daily relationships, predominating practices of verbal assaults and blackmail directed at female students as a way to control their behavior.

Keywords: students, gender violence, social relations.

1 INTRODUÇÃO

A intervenção com estudantes da Escola de Educação Básica Jonas Rosário Coelho Neves é parte das ações previstas no Projeto de intervenção do estágio obrigatório em Serviço Social, desenvolvido no Programa Assistência Sociojurídica, extensão do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

O Programa é executado em parceria com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FURB e compõe-se de três projetos: Orientação Sociofamiliar, Mediação de Conflitos Familiares e Prevenção à Violência Intrafamiliar (SILVA, 2013).

O Programa possui como principal objetivo “Contribuir para a efetivação da cidadania através do fortalecimento das funções protetivas da família, da negociação de conflitos, do acesso aos direitos sociais e da prevenção à violência intrafamiliar.” (SILVA, 2013, p. 03).

Os Projetos reúnem um conjunto de ações socioeducativas que são desenvolvidas no NPJ e em outras instituições do município, pois o público ao qual se dirige compõe-se de “Pessoas que demandam acesso gratuito à justiça no NPJ, cujas demandas são decorrentes de situações de vulnerabilidade social e econômica e adolescentes de famílias vulneráveis atendidos em programas sociais desenvolvidos em instituições de Blumenau”, conforme Silva (2013, p. 5).

A inserção no campo de estágio deu-se em março de 2012. A primeira atividade realizada no campo de estágio foi o estudo da instituição, seguida do levantamento de demandas e, por fim, a elaboração do projeto de intervenção.

Na medida em que fomos tomando contato com a realidade institucional, constatamos que um dos fenômenos presentes era a dificuldade de homens e de mulheres para reconhecerem a violência psicológica em suas relações afetivas. Portanto, a demanda inicial identificada foi a dificuldade da identificação da violência psicológica nas relações conjugais por parte dos usuários que procuravam atendimento no Núcleo de Prática Jurídica.

Com base nos registros das abordagens realizadas no projeto Orientação Sociofamiliar, durante o primeiro semestre de 2012, constatou-se que 10 das 51 pessoas atendidas relataram fatos que expressavam a violência de gênero, através da violência psicológica sofrida por mulheres. Deste total, 90% das pessoas eram do sexo feminino. Este fenômeno não apareceu de forma imediata, pois 40% das mulheres que procuraram o atendimento o fizeram em virtude da separação conjugal e não havia relato inicial de violência. (WESTPHAL, 2012)

Neste sentido, ficou evidente que as mulheres que procuraram o acesso gratuito à justiça em virtude da separação conjugal demonstraram dificuldade para perceber as manifestações de violência psicológica em seus cotidianos. No entanto, ao relatarem suas histórias familiares, verificou-se que em 20% dos relatos havia a descrição de agressões verbais sofridas por anos, sendo estas perpetradas pelos esposos e filhos, de ameaças por parte de seus companheiros, além das queixas de que tinham que assumir os afazeres domésticos sozinhas, sem a ajuda de seus companheiros e esposos.

Com isso, pode-se identificar que tais práticas são pouco discutidas e reconhecidas enquanto violência simbólica e de gênero, tendo como uma das expressões a violência psicológica.

Entende-se que a violência simbólica é aquela que age sobre os indivíduos de uma dada sociedade e cultura de maneira imperceptível e coercitiva de modo que, por meio de seus instrumentos de dominação, como a mídia e as instituições de ensino, influencia uma forma de agir em sociedade, naturalizando-a, conforme Bourdieu (2005).

A própria violência simbólica institui a violência de gênero, a qual, de forma coativa, institui comportamentos e sentimentos para as pessoas a partir de seu sexo. Segundo Bourdieu (1999), a dominação do sexo masculino sobre o feminino tem origem do próprio corpo humano, pois o corpo masculino, por apresentar, em geral, maior força física, é considerado superior, sendo que a relação de dominação do sexo masculino sobre o feminino tem maior visibilidade no ambiente privado do lar, a partir da divisão de tarefas domésticas.

No Brasil, as discussões sobre a violência de gênero são abordadas por vários autores com perspectivas distintas, dentre estes citamos Saffioti (1994), que interpreta a violência de gênero como herança patriarcal, colocando o homem enquanto único responsável pela violência, ou seja, o homem, por si só, já seria violento. Esta concepção é criticada por autores como Bútlar (2003) para quem esta perspectiva teórica estaria ultrapassada, pois acredita que a sociedade atual está diante de uma ordem compulsória, que exige uma coerência entre um sexo, um gênero e um desejo, práticas que seriam obrigatoriamente heterossexuais.

Beauvoir (apud TEIXEIRA, 2009) acredita que a espécie feminina é aprisionada pelo seu corpo, pois biologicamente apenas a mulher é portadora do útero, logo, responsável por gestar os seres humanos, desta forma, estaria já remetida aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos.

Para abordar a violência de gênero a partir da dominação de um sexo sobre o outro, tomamos Butler (2003) como referência a fim de partirmos de uma análise relacional. Segundo Bourdieu (2005), tudo é relacional, ou seja, depende do contato com outras instituições e seres humanos, pois sem a relacionalidade, nada seria real. Desta forma, parte-se do princípio de que na ausência de relações entre os sujeitos não haveria violência, uma vez que esta é resultado das construções sociais.

Assim, a violência de gênero é resultado das relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, a partir das construções sociais e ações naturalizadas para cada sexo. A violência de gênero presente em um relacionamento afetivo pode resultar em outras expressões de violência como é o caso da violência física e psicológica. Pelo fato da violência psicológica não ser tão reconhecida nas relações afetivas daremos mais enfoque a esta forma de violência.

De acordo com Margarido (2010, p. 64), a “violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, a identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.” Estas podem manifestar-se como: insultos constantes, humilhações, desvalorização, chantagem, isolamento de amigos ou familiares, ridicularização, rechaço, manipulação afetiva, exploração, negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos, evitáveis como situação de perigo, doenças, gravidez,

alimentação, higiene), ameaças, privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência física), gerenciar o próprio dinheiro, confinamento doméstico, críticas pelo desempenho sexual, omissão de carinho, negar atenção e supervisão. A violência psicológica pode ocorrer também em virtude de desigualdades nas relações de gênero.

A violência psicológica faz com as pessoas que estão sofrendo esta violência sintam-se culpadas pela situação e sofram intensamente, tornando-se inseguras, e nem sempre reconhecem que estão sendo vítimas de uma forma de violência, afinal, esta é silenciosa e acaba fazendo com que suas vítimas aceitem a situação como normal, gerando dificuldades para romper com a mesma.

A violência psicológica pode ocorrer entre diversos sujeitos que travam relações entre si, como pais e filhos, avós e netos, tios e sobrinhos, entre casais, tutelados, chefes e subordinados. Esta violência implica na associação com a desigualdade de gênero na organização da dinâmica familiar e na vida do casal. Ao nos deparar com estes dois fenômenos imbricados, ou seja, a violência psicológica e a desigualdade de gênero, percebemos que ambos estão correlacionados, sendo que a própria violência psicológica é resultado de uma violência simbólica ainda maior, que acaba por resultar também na violência de gênero. A partir de estereótipos designados culturalmente e pela educação familiar, estipulam-se formas de comportamento e responsabilidades impostas aos homens e às mulheres, resultando na desigualdade de gênero nas relações amorosas e na organização da vida privada do casal, principalmente, na divisão de tarefas domésticas. Mesmo as mulheres trabalhadoras, cujas jornadas diárias de trabalho são iguais as de seus companheiros, assumem sozinhas as tarefas domésticas, sobrecarregando-se.

Assim, definiu-se como demanda para a elaboração do projeto de intervenção a dificuldade de reconhecimento da violência de gênero e da violência psicológica nas relações cotidianas. O projeto de intervenção teve como objetivo principal possibilitar o entendimento de que estas práticas são práticas de violência que podem ser rompidas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto neste projeto de intervenção, realizamos ações socioeducativas. De acordo com Miotto (2009, p. 3), a orientação e o acompanhamento às famílias podem desenvolver-se por meio das “ações socioeducativas, que visam interferir diretamente na vida dos indivíduos”. Ou, ainda, as ações socioeducativas possuem como objetivo:

Contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social. (LIMA, 2006, p. 137 apud MIOTTO, 2009, p. 3).

Deste modo, as ações socioeducativas cooperam para o processo de crescimento individual, contribuindo para a apreensão e a internalização de significados e sentidos sobre os assuntos abordados, provocando, deste modo, a reflexão sobre a realidade e as possibilidades de alterações nos modos de pensar e agir.

Portanto, o projeto de intervenção visou possibilitar a compreensão da violência psicológica como produto de um processo social e cultural, não focando na vítima e no agressor, mas reconhecendo-os enquanto sujeitos resultantes de uma dialética geradora de modos de agir e de se comportar, e os caracterizou enquanto práticas socialmente aceitas.

O projeto de intervenção atendeu três públicos distintos: o primeiro público referiu-se aos casais que procuraram o NPJ apresentando como demanda inicial o acesso gratuito à justiça para fins de dissolução de união estável e separação conjugal; o segundo público caracterizou-se por todas as pessoas que procuraram o NPJ por outras razões; e o terceiro público alvo do projeto foram os estudantes da Escola Estadual de Educação Básica Jonas Rosário Coelho Neves, situada no bairro Fidelis, em Blumenau – SC.

As ações de enfrentamento propostas ocorreram em momentos distintos em virtude dos públicos alvos diferenciados. No NPJ foram realizadas abordagens individuais para orientação social aos casais em processo de separação conjugal, abordagens coletivas na sala de espera, assim como a elaboração de um panfleto sobre o tema e organização de um mural temático exposto na recepção do Núcleo, local onde todas as pessoas aguardam pelo atendimento. Com os estudantes da Escola de Educação Básica Jonas Rosário Coelho Neves foram realizadas oficinas, objeto deste artigo.

Para o desenvolvimento das ações socioeducativas com os estudantes foram propostas três oficinas temáticas, abordando os seguintes temas:

- 1) Relações desiguais de gênero: ser homem e ser mulher.
- 2) Violência e suas manifestações.
- 3) Violência psicológica: manifestações, consequências e importância do rompimento.

As abordagens com o grupo foram planejadas de modo a envolver os estudantes no debate, oportunizando a exploração das suas experiências e a produção de materiais que expressassem a compreensão a partir dos conteúdos abordados. Portanto, incluiu o uso de técnica para interação; exposição dialogada; atividades em pequenos grupos para confecção de cartazes e criação de cenas de teatro para apresentação ao grande grupo, exibição de vídeos e técnicas de avaliação.

3 RESULTADOS

O desenvolvimento do projeto de intervenção na Escola foi viabilizado a partir do contato com a diretora da unidade escolar, após esta ter solicitado ao Programa de extensão a realização de

atividades com as 8ª séries no ano de 2012. Segundo a diretora, estas turmas manifestavam comportamentos violentos.

Portanto, primeiramente escolhemos para o desenvolvimento do projeto de intervenção as duas turmas de oitava série de correção de fluxo, ou seja, turmas que reuniam alunos com distorção série e idade no ano de 2012. No ano de 2013 repetimos o ciclo de oficinas, desta vez, com uma turma de sétima série do período matutino.

Segundo o Plano Político Pedagógico (2012) a Escola Jonas Rosário Coelho Neves oferece o Ensino Fundamental e Médio. Foi fundada em 1987, conforme a Portaria nº 001/1985. A escola atende 455 alunos, nos três turnos, matutino, vespertino e noturno. Conta com 37 servidores entre o corpo administrativo, pedagógico e serventes.

Esta unidade escolar localiza-se numa comunidade de baixa renda, no bairro Fidelis, em Blumenau. Os pais dos estudantes são, em grande parte, trabalhadores da indústria e comércio, há, ainda, um grande número de trabalhadores autônomos. A comunidade é formada também por migrantes do interior de Santa Catarina e do Estado do Paraná, e o grau de escolarização destas famílias é baixo, muitos destes não concluíram o Ensino Fundamental. E as famílias são organizadas das mais diversas formas, sendo que há um número significativo de famílias chefiadas por mulheres, conforme o Plano Político Pedagógico (2012).

No primeiro ciclo de oficinas participaram 17 estudantes entre 14 e 16 anos, no segundo ciclo, participaram 15 com idades entre 12 e 13 anos. Os resultados das discussões foram organizados nas seguintes categorias teóricas: ser homem e ser mulher; violência e suas manifestações e violência psicológica.

3.1 Ser homem e ser mulher

Tanto no primeiro ciclo de oficinas, quanto no segundo, os valores que os estudantes atribuíram aos homens e às mulheres não diferiram significativamente, expressando as relações desiguais de gênero em suas narrativas.

Ao realizarem a primeira atividade sem a prévia discussão da igualdade de gênero, os adolescentes descreveram os homens como sendo os mais bravos, que não demonstram seus sentimentos e cuidam do carro. Enquanto que as mulheres são incumbidas de cuidar da casa, dos afazeres domésticos, dos filhos e foram definidas como mais sentimentais e amorosas. Neste sentido, percebemos que caracterizaram homens e mulheres com base em sistemas de valores construídos relacionalmente e que os tornam desiguais.

Discutimos com ambos os grupos se estas características não poderiam ser invertidas, ou seja, se os homens poderiam ser vaidosos e cuidar da casa, enquanto que as mulheres poderiam trabalhar e assumir as características atribuídas aos homens. Neste momento, identificamos o preconceito

presente em ambas as turmas e os estudantes da oitava série utilizaram o termo “baitola” para designar homens que realizavam atividades consideradas femininas.

Questionados quanto ao significado de “baitola”, eles responderam que eram aqueles homens que pintavam as unhas, que eram *gays*. Logo, identificamos a reprodução de valores que expressam preconceito em relação aos homossexuais e que está presente em sala de aula, nas relações que estabelecem cotidianamente.

Debatemos sobre a liberdade de cada pessoa em fazer suas escolhas, inclusive sobre sua orientação sexual, no entanto, o preconceito para com pessoas homossexuais foi manifesto de modo acentuado entre a turma.

Quanto à divisão de afazeres domésticos, grande parte dos estudantes relatou que esta é proveniente do sexo das pessoas, como visto em Butler (2009), de acordo com um sexo é lhe denominado um gênero, uma forma de agir que deve ser seguida, ou seja, atribui-se às mulheres os afazeres domésticos, os cuidados com os filhos e a participação no sustento do lar, enquanto que os homens apenas gerenciam a casa.

A designação de afazeres e de padrões de comportamento para homens e mulheres constitui construção social, repassada através das gerações. No contato com os estudantes, observamos que estas práticas ainda são reproduzidas pelas gerações mais jovens, indicando a necessidade de investimentos com vistas à superação.

3.2 Violência e suas manifestações

Os estudantes do primeiro grupo (8ª séries) identificaram a violência como sendo aquelas práticas que envolvem agressões físicas e verbais. Quanto aos estudantes do segundo grupo (7ª série), além destas ações pautadas, identificaram também como violência ações como roubo, atentados e a falta de professores nas escolas. Esta apreensão do sentido de violência foi identificada através da peça teatral organizada no primeiro ciclo de oficinas, quando os estudantes encenaram situações de violência que ocorrem tanto na unidade escolar, com agressões físicas e verbais entre os colegas, quanto em situações que vivenciam no próprio bairro, onde o envolvimento com drogas gera violência entre os usuários e traficantes e entre traficantes e policiais. No segundo ciclo de oficinas, os sentidos de violência foram expressos pelos estudantes através da produção de jornais com notícias sobre violência.

Após a abordagem do tema violência e suas diferentes manifestações, durante o primeiro ciclo de oficinas, os grupos expressaram as suas compreensões por meio de cartazes, da seguinte forma: a violência física ocorre quando uma pessoa machuca a outra com chutes e socos; a negligência ocorre quando uma pessoa deixa a outra sozinha, quando ela precisa de cuidado e carinho; a violência psicológica ocorre quando alguém fere os sentimentos de uma pessoa e a deixa triste por algum motivo e, por fim, a violência estrutural foi representada como a contradição entre ricos e pobres, pois uns

possuem acesso ao lazer e outros apenas vivem trabalhando e não acessam às mínimas condições de sobrevivência. No segundo ciclo de oficinas, os grupos manifestaram suas compreensões através de paródias, nas quais expuseram o entendimento sobre a negligência como sendo o abandono de uma pessoa incapaz e a violência psicológica como humilhações e tristeza. Quanto à violência sexual, a paródia produzida continha forte apelo sexual e não foi associada à violência. Acredita-se que os estudantes inspiraram-se nas letras produzidas por cantores do estilo musical *funk* com as quais têm contato e que não entendem as possíveis implicações dos conteúdos de determinadas músicas para as práticas violentas e de dominação entre homens e mulheres.

Observamos que ao solicitarmos aos estudantes que representassem alguma forma de violência, estes demonstraram a violência física e a verbal, não abordando as outras formas, como a psicológica ou a violência de gênero.

3.3 Violência psicológica

A violência psicológica foi identificada, principalmente, nos relacionamentos afetivos entre homens e mulheres, a partir da análise do filme *Nunca Mais*. Nos dois ciclos de oficinas os grupos destacaram que o homem, por sustentar a casa, acreditava que poderia se comportar de qualquer maneira, inclusive sendo infiel, pois sua esposa deveria ser submissa a ele. Também citaram práticas de chantagem utilizadas pelo homem em relação à mulher e que envolvia a filha do casal, utilizando deste mecanismo para controlar visitas e atitudes, assim como as agressões verbais que feriam os sentimentos.

A violência psicológica não é uma forma de violência desassociada de outras, geralmente é acompanhada de outras formas de violência, como a física e a verbal. Por ferir a subjetividade, torna-se mais difícil sua identificação, mas, assim como as outras, traz sérios prejuízos às pessoas.

As consequências da violência psicológica não deixam marcas físicas em suas vítimas, no entanto, prejudicam a sua autoestima, podendo gerar comportamentos de isolamento e medo.

Em relação aos conceitos de violência abordados durante as oficinas, acreditamos que foram apreendidos. Por meio das discussões travadas buscamos questionar e refletir sobre os estereótipos que culturalmente são designados aos homens e às mulheres e, ainda, disseminar as formas de violência existentes em nossa sociedade a fim de identificá-las.

Para contribuir para a superação de tais práticas, também foram apresentados os serviços existentes no município de Blumenau e que são destinados ao atendimento de pessoas em situação de violência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a violência de gênero ainda é muito forte na sociedade atual, pois nesta se reproduz esta ordem compulsória que designa comportamentos às pessoas de acordo com seu sexo. Pela falta de reconhecimento desta forma de violência simbólica, reproduzida pelas gerações de forma naturalizada, tais práticas propagam-se em ambientes e instituições, como a unidade escolar.

Acreditamos que ações como as que relatamos poderiam ser realizadas por profissionais de serviço social, nas unidades escolares, de forma a contribuir para o rompimento de práticas e de concepções naturalizadas acerca da violência de gênero, bem como atuar sobre as formas de violência direta que são identificadas nos ambientes escolares e seus arredores, como por exemplo, a violência psicológica, a violência física, verbal e a negligência, comuns no cotidiano dos estudantes.

Desta forma, o serviço social poderia atuar com fenômenos sociais como: relações familiares precarizadas, desemprego, trabalho infantil, privações materiais, violência, uso e ou dependência de drogas e discriminações que estão presentes no cotidiano escolar. A presença de profissionais com formação e capacidade de compreensão desta realidade poderia contribuir para a superação de atitudes higienistas que ignoram as implicações de tais situações na vida dos estudantes e que levam ao afastamento dos mesmos da escola, ao invés de intervir para a sua superação. (AMARO, 2011).

A intervenção junto às Unidades Escolares de Ensino, como relatado neste artigo, pode contribuir para o rompimento das práticas de violência através da informação, da reflexão sobre as experiências vividas pelos estudantes em suas escolas, famílias e comunidades e por meio da divulgação da rede de proteção do município. Além de intervir nas situações instaladas, o serviço social pode também atuar na prevenção em todo o sistema educacional.

Referências bibliográficas

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011. 180 p, il.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

_____. **O poder simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 311 p.

MARGARIDO, Ayrton. **O muro do silêncio: a violência familiar contra crianças e adolescentes**. Centro Interdisciplinar de educação em Saúde. São Paulo: Editora CIEDS, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS. ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília - DF, CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009.

NUNCA MAIS. Produção de: Irwin Winkler. Estados Unidos. Columbia Pictures Corporation. 2002. (1h 55min) Legendado. Português.

PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola de Educação Básica Jonas Rosário Coelho Neves, 2012.

SILVA, Maria Salete da. **Programa Assistência Sociojurídica**. Edital nº 03/2012. Blumenau, FURB, 2013. Não publicado.

WESTPHAL, Rafaela. **Projeto de Intervenção**. Percepção e reprodução da violência psicológica nas relações conjugais. Blumenau, Furb, 2012. Não Publicado.